



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007379-21.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **HERBERT RODRIGO NEVES**
 Requerido: **BGH DO BRASIL COMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um aparelho de telefonia celular fabricado pela segunda ré.

Alegou ainda que o encaminhou a reparo à primeira ré, tendo em vista que sua tela teria sido danificada, mas passados trinta dias ele não lhe foi devolvido.

Salientou que tentou de diversas maneiras resolver a pendência, inclusive perante o PROCON local, mas sempre sem êxito, vendo-se assim obrigado a comprar outro aparelho.

A primeira ré é revel.

Citada regularmente (fl. 57), ela não ofertou contestação e tampouco justificou sua inércia (fl. 58), razão pela qual se reputam verdadeiros quanto a ela os fatos articulados pelo autor (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Já a segunda ré não refutou na peça de resistência específica e concretamente os fatos articulados pelo autor.

Limitou-se a assentar que por vezes a assistência técnica necessita de lapso temporal maior para consertos a seu cargo, além de informar que não negou a troca do aparelho trazido à colação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mais, observou genericamente a inexistência de danos materiais e morais sofridos pelo autor, valendo ressaltar que os últimos não foram sequer objeto de postulação.

Os documentos que instruíram o relato exordial (não impugnados pelas rés, diga-se de passagem) respaldam a seu turno satisfatoriamente a explicação do autor.

Indicam a compra do aparelho (fls. 03/06) e seu encaminhamento à assistência técnica (fls. 07/10 e 12/13), inexistindo demonstração – que tocava às rés – de que teria sido devolvido.

Denotam também o gasto suportado pelo autor com a aquisição de novo aparelho precisamente porque ficou sem acesso ao seu (fl. 11) e a tentativa dele em solucionar o problema junto ao PROCON local, sem sucesso (fls. 14/16).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, evidencia que a pretensão do autor prospera.

Com efeito, restou patenteado que seu aparelho, encaminhado à assistência técnica, não foi devolvido no prazo de trinta dias, de sorte que as rés deverão ser condenadas a tanto sob pena de multa diária.

Tal condenação abarcará as duas rés por força da solidariedade estabelecida entre ambas.

Ademais, elas deverão ressarcir os gastos que o autor teve para não ver-se privado totalmente da utilização de um aparelho de telefonia celular, porquanto foi a desídia das mesmas que rendeu ensejo a isso.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar as rés a (1) restituírem ao autor no prazo máximo de dez dias o aparelho tratado nos autos, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e a (2) pagarem ao autor a quantia de R\$ 606,48, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2015 (época da compra de fl. 11), e juros de mora, contados da citação.

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1 (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso as rés não efetuem o pagamento da importância fixada no item 2 supra em quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 24 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**